

...continuação das demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Instituto de Saúde da SPDM

CNPJ nº 61.699.567/0041-80  
Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M. - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Instituto de Saúde da SPDM**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrações contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2021. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2021. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
<b>Ativo Circulante</b>	<b>19.833.907,15</b>	<b>7.010.892,27</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>19.389.247,42</b>	<b>7.010.892,27</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	6.881.031,06	13.579,59	Fornecedores (Nota 3.7)	381,00	-
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	6.870,12	1.033,81	Serviços de Terceiros Pessoa	-	-
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	6.874.160,94	12.545,78	Física/Jurídica (Nota 3.8)	906.671,18	-
Valores a Receber (Nota 3.3)	11.432.353,23	4.467.639,03	Salários a pagar (Nota 3.9)	826.655,33	34.632,03
Secretaria do Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	11.432.353,23	4.467.639,03	Contribuições a recolher (Nota 3.10)	204.236,41	8.592,37
Outros Créditos (Nota 3.4)	1.520.522,86	2.529.673,65	Provisão de férias (Nota 3.11)	819.557,91	74.081,61
Adiantamento a Fornecedores (Nota 3.4.1)	35.246,40	1.128,12	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.11)	65.564,64	5.926,54
Depósito Judicial (3.4.4)	10.000,00	9.514,00	Impostos a recolher (Nota 3.12)	157.010,53	14.375,10
Antecipação de Férias (Nota 3.4.2)	-	5.531,53	Obrigações Tributárias (Nota 3.13)	116.901,80	33,90
Outros Créditos e Adiantamentos (Nota 3.4.3)	1.474.000,00	2.513.500,00	Acordo Trabalhista	-	2.300,00
Antecipação Salarial	1.276,46	-	Estrutura SPDM	12.147,27	316,58
Ativo não Circulante	11.049,76	140.028,11	Convênios/Contratos	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	138.054,63	Públicos a Realizar (Nota 3.14)	16.280.121,35	6.870.634,14
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.5)	-	138.054,63	Passivo Não Circulante	455.709,49	140.028,11
Ativo Imobilizado (Nota 3.6)	11.049,76	1.973,48	Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.6)	19.384,00	7.400,00
Bens de Terceiros (Nota 3.6)	19.384,00	7.400,00	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis (Nota 3.6.1)	(8.334,24)	(5.426,52)
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.6.1)	(8.334,24)	(5.426,52)	Estimativas de Rescisão Contratual (Nota 3.5)	444.659,73	138.054,63
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.844.956,91</b>	<b>7.150.920,38</b>	<b>Patrimônio Líquido (Nota 5)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>			<b>Total do Passivo</b>		
Descrição	Dez/2020	Dez/2019	19.844.956,91	7.150.920,38	-
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Superávit /Déficit do exercício/período	-	-	<b>Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>		
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>					
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>					
(Aumento) Redução em contas a receber	(6.964.714,20)	89.111,82	1 - Receitas	22.541.146,08	910.948,60
(Aumento) Redução outros créditos	1.147.205,42	(763.347,02)	1.1) Prestação de serviços	19.443.845,98	720.940,59
Aumento (Redução) em fornecedores	907.052,18	(19.381,38)	1.2) Isenção usufruída sobre contribuições	3.095.382,01	187.853,08
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	9.716.092,31	110.744,99	1.3) Trabalho Voluntário	1.918,09	2.154,93
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	2.061.815,76	(167.834,20)	2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	8.027.045,13	39.778,96
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	9.076,28	(1.479,96)	2.1) Custos das mercadorias utilizadas prestação de serviços	-	13.075,80
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>6.876.527,75</b>	<b>(752.185,75)</b>	2.2) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	7.894.424,61	13.030,85
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
(-) Adição de Bens de Terceiros	(9.076,28)	1.479,96	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	11.984,00	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(9.076,28)</b>	<b>1.479,96</b>	2.4) Outros	120.636,52	13.672,31
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>					
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	14.514.100,95	871.169,64
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.867.451,47	(750.705,79)	4 - Retenções	-	-
Saldo inicial de Caixa e equivalente	13.579,59	764.285,38	5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)	14.514.100,95	871.169,64
Saldo final de Caixa e equivalente	6.881.031,06	13.579,59	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	-	-
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e 2019</b>					
<b>Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras:</b> A Entidade, <b>SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina</b> é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. <b>Características da Unidade Gerenciada:</b> O Instituto de Saúde da SPDM é uma filial da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, criada a fim de contribuir com as atividades de apoio à gestão de saúde, colaborando com a melhoria das ações e serviços de assistência à saúde, no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde. A parceria inicial foi realizada entre a SPDM com a Secretaria de Estado da Saúde -SP (SES-SP) e se deu por meio de convênio firmado em 05 de junho de 2014 com o objetivo de execução de procedimentos cirúrgicos na especialidade de otorrinolaringologia. O atual convênio para este projeto é o de nº 825/2016 assinado em 30 de dezembro de 2016 com vigência até 31 de dezembro de 2020 com valor total estimado a receber no exercício de 2020 de R\$ 685.836,00. Em consonância com o objetivo desta filial, em 19 de novembro de 2015 foi firmada por meio de convênio, uma nova parceria entre a SPDM e a SES. Este novo projeto teve o objetivo da operacionalização e gerenciamento de 40 leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI adulto do Conjunto Hospitalar do Mandaqui. Este convênio foi renovado posteriormente sendo que o último em vigência foi o de nº 824/2016 assinado em 30 de dezembro de 2016 e que vigorou até 30 de junho de 2018. Em 20/03/2020 foi firmado o convênio 947/2020 com a SES com vigência até 31/12/2021. Este convênio tem a finalidade de atender a pandemia do COVID-19 (Coronavírus) e iniciou através do gerenciamento de leitos de UTI no Instituto de Infectologia Emilio Ribas e com posterior inclusão, através de termos aditivos, de leitos de enfermaria e implantação de farmácia satélite e gasoterapia. O valor total estimado a receber no exercício de 2020 para este convênio foi de R\$ 20.178.225,60. Ainda em 2020 foi assinado o convênio 01358/2020 em 10/06/2020 para implantação em caráter emergencial do serviço de terapia renal substitutiva de serviços de hemodiálise, equipe técnica e especializada, equipamentos e insumos em pacientes com COVID-19 no Instituto de Infectologia Emilio Ribas. Este convênio possui vigência até 10/03/2021 e o valor estimado a receber em 2020 foi de R\$ 1.092.000,00. <b>1. Imunidade Tributária:</b> A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. <b>2. Apresentações das Demonstrações Contábeis:</b> Na elaboração das demonstrações financeiras de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, à NBC TG de 21 de novembro de 2019 dá nova redação a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TG 26 (R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. <b>2.1. Formalidade da escrituração contábil - NBC T 2.1:</b> As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420					



► continuação Descrição	Posição em 31/12/2019	Aquisições	Transferência Baixa	Posição em 31/12/2020
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>7.400,00</b>	<b>11.984,00</b>	-	<b>19.384,00</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>7.400,00</b>	<b>11.984,00</b>	-	<b>19.384,00</b>
Equipamentos de Processamento de Dados	7.400,00	11.604,00	-	19.004,00
Mobiliário em Geral	-	380,00	-	380,00
	<b>Posição em 31/12/2019</b>	<b>Transferência Baixa</b>	<b>Ajuste de vida útil</b>	<b>Posição em 31/12/2020</b>
<b>Ajuste Vida útil econômica - Bens Móveis</b>	<b>5.426,52</b>	-	<b>2.907,72</b>	<b>8.334,24</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>5.426,52</b>	-	<b>2.907,72</b>	<b>8.334,24</b>
Equipamentos de Processamento de Dados	5.426,52	-	2.898,21	8.324,73
Mobiliário em Geral	-	-	9,51	9,51

**3.6.1. Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens Móveis:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.6 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

**3.7. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e demais itens de consumo. **3.8. Serviços de terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela Instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não médicos, tais como: manutenções preventivas, consultoria, auditoria etc. **3.9. Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.10. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS. **3.11. Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.12. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços de pessoal próprio em regime CLT. **3.13. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o § 1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL relacionadas aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada e outras taxas municipais. O montante a pagar em 2020 referentes aos impostos citados acima foi de R\$116.901,80.

**3.14. Convênios / Contratos públicos a Realizar:** De acordo com a NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros - Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2020 representa R\$ 16.280.121,35. **3.15. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.15.1. Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2020, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Não houve ações cuja probabilidade de perda era tida como "provável". Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 243.338,99. Não houve em 31/12/2020, contingências passivas na esfera cível e tributária.

**4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1. Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2020 tais valores representam o montante de R\$ 75.048,39. **4.2. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregadas e classificadas de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3. Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2020, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0041-80

**Convênios**

	R\$
Termo aditivo 001/2019-Convênio 825/2016-Otorrino	228.612,00
Termo aditivo 002/2019-Convênio 825/2016-Otorrino	628.683,00
Convênio 947/2020 - Emílio Ribas	12.709.632,00
Termo aditivo 01/2020-Convênio 947/2020-Emílio Ribas	7.468.593,60
Convênio 01358/2020 - Hemodiálise	778.050,00
<b>Total</b>	<b>21.813.570,60</b>

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM

**5. Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece o NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a norma ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre «zero». Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2019 e 2020, respectivamente. **6. Resultado Operacional:** Em face à adoção da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 21.956.061,60; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 75.048,39; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 19.443.845,98; encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 2.587.264,01. **7. Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/2016 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A produção dos convênios 825/2016 - Otorrino, 947/2020 - Emílio Ribas e 01358/2020 - Hemodiálise foram reportados no Sistema Datasus pelas unidades hospitalares do Estado (Complexo Hospitalar do Mandaqui e Instituto de Infectologia Emílio Ribas).

**8. Relatório de Execução do Convênio**

**Relatório Sobre a Execução do Objeto do Convênio - Exercício 2020 - Otorrino**

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2020	
	Meta Proposta	Resultado alcançado	Meta Proposta	Resultado alcançado	Meta Proposta	Resultado alcançado
Otorrino	240 cirurgias	136 cirurgias	240 cirurgias	208 cirurgias	480 cirurgias	344 cirurgias

**Relatório de Execução do Convênio - 2020 - Emílio Ribas e Hemodiálise**

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Taxa de Ocupação	90%	81,40%	90%	84,07%	90%	83,20%
Média de Permanência	≤ 15 dias	7,79	≤ 15 dias	12,40	≤ 15 dias	10,86
Paciente/dia	821	629	1369	1172	1369	991
Saídas Hospitalares	55	56	91	104	91	88
Taxa de Mortalidade da UTI	15%	33,80%	15%	35,20%	15%	34,70%
Taxa de Reinternação em 24 horas	≤ 1%	0,00%	≤ 1%	0,00%	≤ 1%	0,00%
Densidade de Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica	≤ 7,4%	19,17%	≤ 7,4%	10,51%	≤ 7,4%	13,39%
Densidade de Infecção de Corrente Sanguínea relacionada a catéter	≤ 2,80%	12,65%	≤ 2,80%	16,77%	≤ 2,80%	15,39%
Densidade de Infecção Urinária relacionada ao catéter de Sondagem Vesical	≤ 1,93%	1,36%	≤ 1,93%	0,32%	≤ 1,93%	0,66%
Incidência de Úlcera por Pressão	< 1%	4,90%	≤ 1%	6,70%	≤ 1%	6,10%
Incidência de Queda do Paciente	0%	0,00%	≤ 1%	0,00%	≤ 1%	0,00%
Evolução no Prontuário do Paciente	100%	76,68%	100%	91,93%	100%	90,89%
Reclamação na Ouvidoria	< 1%	0,17%	< 1%	0,03%	< 1%	0,08%
Sessões de Hemodiálise (Convênio 01358/2020 - Hemodiálise Emílio Ribas)	-	-	< 280 (mensal)	1279 realizadas	< 280	213,2 (média)

**Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020 - Otorrino**

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Convênio	857.295,00	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	5.620,69	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>862.915,69</b>	<b>-</b>

Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	603.426,57	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	30.980,95	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>634.407,52</b>	<b>-</b>

**Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020 - Uti Mandaqui**

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Convênio	-	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	5.781,94	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>5.781,94</b>	<b>-</b>

Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	-	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	45.718,09	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>45.718,09</b>	<b>-</b>

**Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020 - Emílio Ribas**

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Convênio	20.178.225,60	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	63.469,46	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>20.241.695,06</b>	<b>-</b>

Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	8.542.968,08	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	6.085.071,81	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>14.628.039,89</b>	<b>-</b>

**Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020 - Hemodiálise**

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Convênio	778.050,00	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	176,30	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>778.226,30</b>	<b>-</b>

Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	-	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	762.670,72	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>762.670,72</b>	<b>-</b>

**9. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de Janeiro de 2018, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 3.095.382,01. Em face de Entidade ter

como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.868/13, a Entidade usufruiu ano exercício de 2020, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 2.427.170,51. Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 163.827,44. **9.2. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 580.903,20. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R\$ 21.490,97. **9.3. Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão acima. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício de 2020 foi de R\$ 87.308,30. Em 2019 o valor referido de receita totalizou em R\$ 2.534,67. **10. Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Instituição possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.918,09; em 2019 estes valores foram de R\$ 2.154,93. Não houve valores de outros trabalhos voluntários nos períodos de 2020 e 2019. **11. Demonstrativo Contábil por Convênio (Balanço por Projeto):** Segue abaixo Demonstrativo Contábil Operacional segregado por Convênio/Projeto:

**SPDM - Instituto de Saude da SPDM**

**Convênio 825/2016 - Otorrino**

Receitas	Convênio 825/2016 - Otorrino		Outras Receitas	Total
	Custeio	Investimento		
Recursos Públicos Recebidos / Outras Receitas	857.295,00	-	5.620,69	862.915,69
<b>DESPESAS</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Total</b>
Gastos Gerais / Despesas do Exercício	29.237,03	-	604.557,04	633.794,07

**Convênio 824/2016 - UTI Mandaqui**

Receitas	Convênio 824/2016 - UTI Mandaqui		Outras Receitas	Total
	Custeio	Investimento		
Recursos Públicos Recebidos / Outras Receitas	-	-	5.781,94	5.781,94
<b>Despesas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Total</b>
Gastos Gerais / Despesas do Exercício	6.541,95	-	36.912,09	43.454,04

**Convênio 947/2020 - Emílio Ribas**

Receitas	Convênio 947/2020 - Emílio Ribas		Outras Receitas	Total
	Custeio	Investimento		
Recursos Públicos Recebidos / Outras Receitas	20.178.225,60	-	63.469,46	20.241.695,06
<b>Despesas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Total</b>
Gastos Gerais / Despesas do Exercício	7.098.170,11	-	10.774.747,91	17.872.918,02

**Convênio 01358/2020 - Hemodiálise**

Receitas	Convênio 01358/2020 - Hemodiálise		Outras Receitas	Total
	Custeio	Investimento		
Recursos Públicos Recebidos / Outras Receitas	778.050,00	-	176,30	778.226,30
<b>Despesas</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Total</b>
Gastos Gerais / Despesas do Exercício	893.679,85	-	-	893.679,85

**12. Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

Dr. Vitor Sergio Kawabata - Diretor Técnico - CRM: 57591 • Elisângela Dias de Sousa Briet - Contadora - CRC 1SP 295881/O-7

continua ▶



continuação **Relatório dos Auditores Independentes**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Instituto de Saúde da SPDM) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.**

**Tecnobank Tecnologia Bancária S.A.**

CNPJ/MF 09.016.926/0001-40

		Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de R\$)				
Balanco Patrimonial	Notas	2020	2019	Demonstração do Resultado		
Ativo/Circulante		45.650	46.507	Notas	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.988	13.312	10	187.715	197.107
Contas a receber de clientes		1.406	1.523			
Tributos a recuperar		1.691	13			
Despesa antecipada		797	783			
Partes relacionadas	5	26.022	28.442			
Outros créditos		3.746	2.434			
<b>Não circulante</b>		<b>18.584</b>	<b>20.076</b>			
Outros créditos		12	8			
Investimentos		142	142			
Imobilizado	6	8.597	9.727			
Intangível	7	9.833	10.199			
<b>Total do ativo</b>		<b>64.234</b>	<b>66.583</b>			
<b>Passivo/Circulante</b>		<b>26.114</b>	<b>27.890</b>			
Fornecedores		193	33			
Empréstimos e financiamentos		640	273			
Contas a pagar		1.157	4.349			
Obrigações trabalhista e previdenciária		1.934	1.655			
Obrigações fiscais a pagar	8	19.924	14.442			
Outras obrigações		2.266	7.138			
<b>Não circulante</b>		<b>23.270</b>	<b>26.176</b>			
Empréstimos e financiamentos		250	102			
Obrigações trabalhista e previdenciária		1.745	1.298			
Obrigações fiscais a pagar	8	21.275	24.776			
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>14.850</b>	<b>12.517</b>			
Capital social	9	10.172	10.172			
Lucros(prejuízos)Acumulados		2.332	2.034			
Reserva de capital/Legal		2.346	311			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>64.234</b>	<b>66.583</b>			

  

		Demonstração do Fluxo de Caixa				
		2020	2019	Demonstração do Fluxo de Caixa		
		2020	2019	2020		
<b>Lucro do exercício</b>		57.749	76.801	<b>Lucro do exercício</b>		
<b>Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas (Aplicado nas) atividades operacionais:</b>				<b>Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas (Aplicado nas) atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização		2.342	1.616	Depreciação e amortização		
Ajuste de exercícios anteriores		-	(146)	Ajuste de exercícios anteriores		
<b>Lucro líquido ajusta no exercício</b>		<b>60.091</b>	<b>78.271</b>	<b>Lucro líquido ajusta no exercício</b>		
<b>Redução (Aumento) nos ativos operacionais:</b>		(471)	569	<b>Redução (Aumento) nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber		117	(1.517)	Contas a receber		
Outros créditos		(1.316)	1.974	Outros créditos		
Partes relacionadas		2.420	-	Partes relacionadas		
Impostos a recuperar		(1.678)	103	Impostos a recuperar		
Despesas antecipadas		(14)	9	Despesas antecipadas		
<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>		<b>(5.196)</b>	<b>16.856</b>	<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores		160	(25)	Fornecedores		
Obrigações trabalhistas		726	209	Obrigações trabalhistas		
Impostos e contribuições a recolher		1.981	18.091	Impostos e contribuições a recolher		
Contas a pagar		(3.192)	(4.167)	Contas a pagar		
Outras obrigações		(4.871)	2.748	Outras obrigações		
<b>Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades operacionais</b>		<b>54.424</b>	<b>95.696</b>	<b>Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades operacionais</b>		
Adições de bens do ativo imobilizado		(292)	(8.688)	Adições de bens do ativo imobilizado		
Adições de investimentos consórcio		-	15	Adições de investimentos consórcio		
Adições de bens do ativo intangível		(554)	478	Adições de bens do ativo intangível		
Aumento das operações ativas com parte relacionadas		-	(10.295)	Aumento das operações ativas com parte relacionadas		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		53.578	77.206	Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimos e financiamentos		515	335	Empréstimos e financiamentos		
<b>Aumento das operações passivas com partes relacionadas</b>		<b>(55.417)</b>	<b>(75.587)</b>	<b>Aumento das operações passivas com partes relacionadas</b>		
Juros sobre capital próprio		-	(57)	Juros sobre capital próprio		
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.324)</b>	<b>1.782</b>	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.312	11.530	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		11.988	13.312	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.324)</b>	<b>1.782</b>	<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional:** A Tecnobank Tecnologia Bancária S.A. ("Tecnobank") é uma sociedade anônima de capital fechado situada na Rua Gomes de Carvalho, 1.356 9º andar - Vila Olimpia - São Paulo. A Tecnobank entrega infraestrutura de mercado para registros eletrônicos de contratos de financiamento de veículos, simplificando, assegurando e dinamizando as operações, por meio de plataformas inteligentes, modulares e customizáveis, de envio e consultas de dados, validação de informações, análise de riscos e aprimoramento do controle das garantias do bem. Com implantação simples e impacto mínimo na rotina do cliente, permite agregar soluções complementares que contribuem para o aumento da segurança nas operações.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado pelo NBCT 19.41 e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais de contabilidade - *The International Financial Reporting Standards for Small and Medium Size Entities (IFRS for SMEs)*.

**3. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e análise dos riscos para determinação de provisões.

**3.1 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

**3.2 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia. A Tecnobank reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

**3.3 Impostos e contribuições:** i. **Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes:** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes, no regime do lucro real. ii. **Imposto sobre serviços:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Programa de Integração Social (PIS) e Imposto sobre Serviços (ISS).

**3.4 Ativo imobilizado:** i. **reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ii. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado do período. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Veículos - 5 anos; Máquinas e equipamentos - 10 anos; Móveis e utensílios - 10 anos e Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.

**3.5 Ativos intangíveis:** i. **Reconhecimento e mensuração:** Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ii. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iv. **Amortização:** Para os

itens do ativo intangível onde não foi possível mensurar a vida útil, este não está sendo amortizado.

**3.6 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** i. **Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

**3.7 Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos de direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

**3.8 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31/12/2020, não identificou ajustes a serem contabilizados.

**3.9 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente se qualifica como equivalente de caixa, quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo e alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo apresentado o saldo líquido de contas garantidas. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Bancos conta movimento	7	11.138
Aplicações financeiras de curto prazo	11.981	2.174
<b>Total</b>	<b>11.988</b>	<b>13.312</b>

**5. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de partes relacionadas a receber é composto pelo montante de R\$26.022 (R\$28.442) registrado junto à Phocus Participações Ltda.

**6. Imobilizado:** Demonstrado o custo de aquisição, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos seu valor residual após a sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação serão revisados a cada exercício e o eventual efeito de quaisquer mudanças nas estimativas será contabilizado prospectivamente. Os saldos de ativo imobilizado, estão assim demonstrados:

	2020	2019
<b>Imobilizado</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Máquinas e equipamentos	969	690
Equipamentos		685
e processamento dados	1.408	708
Móveis e utensílios	1.278	816
Veículos	220	103
Aeronave	7.688	6.280
Instalações	173	-
<b>Total</b>	<b>11.736</b>	<b>8.597</b>
<b>Depreciação</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Máquinas e equipamentos	685	90
Equipamentos		(85)
e processamento dados	871	708
Móveis e utensílios	820	100
Veículos	316	103

	2020	2019
<b>7. Intangível:</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Intangível</b>	<b>% Taxa</b>	<b>Custo</b>
Marcas e patentes	-	2
Concessão de direito de uso	3.191	(638)
Desenvolvimento de software	7.057	-
Licença de software	505	(282)
<b>Total</b>	<b>10.753</b>	<b>(920)</b>
<b>Amortização</b>		
	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>7. Intangível:</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Intangível</b>	<b>% Taxa</b>	<b>Custo</b>
Marcas e patentes	-	2
Concessão de direito de uso	3.191	(638)
Desenvolvimento de software	7.057	-
Licença de software	505	(282)
<b>Total</b>	<b>10.753</b>	<b>(920)</b>

**Custo:** os custos registrados no ativo intangível referem-se principalmente ao projeto de desenvolvimento do software utilizado como plataforma principal das operações de registros de contrato da Tecnobank. A Companhia não registra gastos com pesquisa e registra somente os custos com desenvolvimento no período de programação destas soluções.

**Amortização:** A amortização dos custos com desenvolvimento é alocada aos custos dos serviços prestados no resultado de cada mês de forma linear.

**Teste por redução ao valor recuperável:** Anualmente a Companhia avalia se há indícios de qualquer evento que possa levar a necessidade de uma provisão para redução do valor recuperável (*impairment*) dos projetos registrados como ativos intangíveis. No encerramento deste exercício não foi identificado qualquer indício que leve a necessidade de testes de *impairment*.

**8. Obrigações fiscais a pagar:**

	2020	2019
<b>Impostos a recolher</b>		
ISS a recolher	545	555
COFINS a recolher	551	573
PIS a recolher	119	124
IRPJ a recolher	9.595	4.223
CSLL a recolher	3.637	1.489
IRRF sobre JSCP a recolher	183	113
Retenções a recolher	-	227
Parcelamento de impostos Federal (i)	3.784	6.030
Parcelamento de imposto Municipal (ii)	1.510	1.108
<b>Total</b>	<b>19.924</b>	<b>14.442</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Parcelamento de impostos Federal (i)	17.954	22.317
Parcelamento de imposto Municipal (ii)	3.321	2.459
<b>Total</b>	<b>21.275</b>	<b>24.776</b>
<b>Total obrigações fiscais</b>	<b>41.199</b>	<b>39.218</b>
<b>9. Capital social:</b> O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$10.171.294, representado por 10.171.294 ações ordinárias nominativas e ações preferenciais.		
<b>10. Receita de serviços prestados:</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita de serviços prestados	187.715	197.107
(-) PIS sobre faturamento	(1.220)	(1.281)
(-) COFINS sobre faturamento	(5.631)	(5.913)
(-) ISS sobre faturamento	(5.444)	(5.716)
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	<b>175.420</b>	<b>184.197</b>
<b>11. Despesas administrativas e gerais:</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Serviços advocatícios	(7.926)	(7.059)
Serviços de informática	(14.841)	(17.277)
Consultoria	(15.965)	(11.887)
Depreciação e amortização	(1.656)	(1.603)
Aluguel e condomínio	(1.096)	(1.055)
Tributária	(92)	(2.148)
Viagens	(4.688)	(2.823)
Outros	(14.155)	(5.548)
<b>Total da despesa administrativa e geral</b>	<b>(60.419)</b>	<b>(49.400)</b>